

Desafios políticos da presidente Dilma

O relacionamento da Presidente Dilma Rousseff com os partidos políticos e com o momento sindical, a julgar pelas primeiras medidas governamentais, não será dos melhores. A pacificação com estes segmentos irá exigir, além de concessões, muita habilidade política do novo Governo.

As dificuldades com os partidos, especialmente com o PMDB, já eram esperadas por conta da troca de comando na Esplanada, inclusive com a transferência para o PT de Ministérios antes liderados pelo PMDB. A consequência natural será a redução da participação do PMDB nesses Ministérios, notadamente nos segundo e terceiro escalões.

A perda de espaço do PMDB, entretanto, encontra amparo em duas explicações. A primeira é que as mudanças estão acontecendo em Pastas que antes eram lideradas pelo PMDB e passaram para o PT, sendo natural que o PT coloque nos postos de segundo escalão pessoas da confiança do titular dos Ministérios, no caso específico, da Saúde e das Comunicações.

A segunda explicação é que os ministros, até por recomendação da Presidente da República, tendem a nomear pessoas com o perfil mais técnico para o segundo escalão, principalmente para os órgãos ou empresas com problemas gerenciais ou de corrupção, casos dos Correios e da Funasa.

É absolutamente natural que os partidos que ajudaram a eleger também ajudem a governar, porém respeitando a autoridade do titular do Ministério, o padrão ético exigido pela presidente Dilma e o perfil gerencial para a ocupação dos cargos relevantes da Administração Pública.

Já as medidas tomadas ou anunciadas com reflexo sobre o movimento sindical não possuem as mesmas explicações das adotadas em relação aos partidos, nem tampouco são racionais.

A fixação do salário mínimo, atualizado com percentual abaixo da inflação, num momento em que o PIB cresceu mais de 7%, assim como o anúncio de que o projeto

que congela a despesa com pessoal será incluído entre as prioridades do Governo no Congresso, num ambiente de recorde de arrecadação, soam como verdadeiras provocações ao movimento sindical, tanto da iniciativa privada quanto do setor público.

As mobilizações e pressões sobre o Congresso em relação a essas duas matérias serão inevitáveis e caberá aos partidos, que estão insatisfeitos, orientar o voto de seus parlamentares na Câmara e no Senado. Logo, as chances de aumento do valor do mínimo para um patamar que pelo menos supere a inflação do período e a obstrução ao projeto que congela gasto com pessoal são muito razoáveis.

O Governo, portanto, precisa, o quanto antes, buscar superar a insatisfação dos partidos e do movimento sindical, sob pena de reflexos na votação dos projetos e, principalmente, na eleição dos presidentes da Câmara e do Senado.

A Diretoria

Encarte

Quem é quem na equipe ministerial do Governo Dilma

Salário mínimo

Presidente Lula estabelece piso de R\$ 540 a partir de 1º de janeiro

Atuação sindical

Trabalhadores participarão de Conselho de Empresas Públicas

Governo edita Medida Provisória fixando o salário mínimo em R\$ 540

A edição extra do Diário Oficial da União do dia 31 de dezembro de 2010 trouxe publicada, entre outras matérias, a Medida Provisória (MP) 516/10, que fixa em R\$ 540 o novo valor do salário mínimo.

O novo piso salarial entrou em vigor no dia 1º de janeiro e a correção sobre o valor atual (R\$ 510) é de 5,88%.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o aumento

de R\$ 30 deve injetar na economia cerca de R\$ 18 bilhões.

Para cada R\$ 1 de alta no salário mínimo, a folha do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aumenta em R\$ 249,3 milhões anuais. O impacto sobre a Previdência será de R\$ 7,49 bilhões em 2011.

O reajuste do piso leva em conta o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores mais a inflação. Como o PIB de 2009 ficou negativo em 0,2%, de acordo

com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), senador Tião Viana (PT/AC), queria propor a correção pela média de crescimento do PIB de 2008 e 2009, o que elevaria o valor para R\$ 550. Mas o governo vetou a iniciativa.

O Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional fixou o novo salário mínimo em R\$ 540.

As centrais sindicais defendem um valor maior, de R\$ 580.

Lei proíbe dispensa por justa causa de bancários inadimplentes

Com a aprovação da Lei nº 12.347/10, que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), os bancários não mais poderão ser demitidos, por justa causa, pelo fato de se encontrarem em situação de inadimplência freqüente.

Como o referido artigo também se aplicava a profissionais equiparados aos bancários, como empregados que exercem atividade-fim em estabelecimentos financeiros, sua revogação

também tende a beneficiar esses trabalhadores.

A lei foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 10 de dezembro de 2010 e publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro.

A norma teve origem no Projeto de Lei nº 799/07 (no Senado Federal, PLC 46/08), de autoria do deputado Geraldo Magela (PT/DF), funcionário de carreira do Banco do Brasil.

É importante destacar a celeridade na aprovação desse projeto de lei pelo Congresso Nacional, que se justifica em razão da matéria ser um pleito justo, além de corroborar com o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca do tema, que considera inconstitucional tal dispositivo em razão de ferir o Princípio da Isonomia, qual seja, o do tratamento igual para todas as pessoas.

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br
diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Edição

Viviane Ponte Sena

Redação

Alysson Alves, André dos Santos,

Antônio Augusto de Queiroz,

Marcos Vertaine e Viviane Ponte Sena

Diagramação

Fernanda Medeiros

Fone: (61) 3321-8200

Ilustração capa: Cerino

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO/SP e FEPESP)

Vice-Presidentes

José Augusto da Silva Filho (CNTC)

Wellington Teixeira Gomes (FITEE)

Aramis Marques da Cruz (Sindicato Nacional dos

Moedeiros)

João Batista da Silveira (SAAE/MG)

Lúcio Flávio Costa (CNPL)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF/DF)

Suplente

Ricardo Nerbas (SINTEC/SP)

Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente

Antônio de Lisboa Amâncio Vale (SINPRO/DF)

Tesoureiro:

Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Suplente:

Jacy Afonso de Melo (SEEB/DF)

Conselho Fiscal

Efetivos

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos/SP)

José Caetano Rodrigues (CNTS)

Vicente Venuck Pretko (SINTRACARP/PR)

Suplentes

Maria Aparecida Sousa (SEEB/DF)

Cledo de Oliveira Vieira (SINDJUS/DF)

Clóvis Matoso Vilela Lima (FEBRAD)

Trabalhadores terão voz no Conselho Administrativo das Empresas Públicas

No dia 29 de dezembro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 12.353/10, que trata da participação de empregados nos Conselhos de Administração das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Para Jacy Afonso, diretor do DIAP e da executiva nacional da CUT, a sanção “foi importantíssima para os trabalhadores”, pois a nova lei nasceu da ação das centrais sindicais e “atendeu demanda histórica dos trabalhadores”.

E continua: “a iniciativa foi um compromisso de Lula, que não queria que outro governo simplesmente revogasse esta demanda do movimento sindical. Em razão disso, ele encaminhou para apreciação do Congresso o projeto de lei, para que essa questão fosse transformada numa questão de Estado”.

Ainda para o dirigente, a Lei ao ser implementada permitirá ao trabalhador, por meio do sindicato, ter “visão estratégica”, além de contribuir para a solução dos problemas existentes nas empresas públicas.

A participação vai agregar mais força à organização dos trabalhadores já que esse representante contribuirá com a fiscalização da empresa. São os olhos dos em-

pregados em um setor estratégico da corporação. Esse conselho não substitui o sindicato, apenas fortalece o grupo de trabalhadores que compõe o seu quadro.

O QUE ESTABELECE A LEI

O artigo 2º da Lei 12.353 prevê que “os estatutos das empresas (...) deverão prever a participação nos seus conselhos de administração de representante dos trabalhadores, assegurado o direito da União de eleger a maioria dos seus membros”.

A sanção foi importantíssima para os trabalhadores, pois a nova lei nasceu da ação das centrais sindicais e atendeu demanda histórica dos trabalhadores

E o parágrafo primeiro, do artigo 2º, determina que “o representante dos trabalhadores será escolhido dentre os empregados ativos da empresa pública ou sociedade de economia mista, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem”.

O parágrafo segundo da lei estabelece que “o representante dos empregados está sujeito a todos os critérios e exigências para o cargo de conselheiro de administração,

previstos em lei e no estatuto da respectiva empresa”.

Para resguardar o poder de negociação dos sindicatos, a Lei 12.353 dispõe que “o conselheiro de administração, representante dos empregados, não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam as relações sindicais, renumeração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse”.

O Ministério do Planejamento “editar as instruções necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei”, preconiza o artigo 7º da norma.

ORIGEM DA NORMA

A nova Lei nasceu do Projeto de Lei (PL) 3.407/08, do Executivo, e teve tramitação relativamente rápida no Congresso, tendo sido aprovada conclusivamente no Senado, como PLC 61/10, no dia 15 de dezembro de 2010. O relator de mérito na Comissão de Assuntos Sociais foi o senador Paulo Paim (PT/RS), histórico defensor dos trabalhadores no Congresso Nacional, reeleito para mais um mandato no Senado.

Já na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o parecer favorável foi emitido pela senadora Ideli Salvatti (PT/SC), que passou a ocupar, em 1º de janeiro de 2011, o cargo de ministra da Pesca do Governo da presidente Dilma Rousseff.

Herança do Governo Lula e prioridades do Governo Dilma

*André dos Santos**

Assim que tomou posse, a presidente Dilma Rousseff começou a revelar a linha de atuação do seu Governo em discurso proferido no plenário da Câmara dos Deputados durante sessão conjunta do Congresso Nacional.

Entre as prioridades, a presidente destacou a reforma no sistema político, que fortaleça os partidos e seus programas, e comentou as mudanças que pretende implementar na legislação tributária para garantir a sustentação necessária para o País prosseguir com crescimento e diminuir as desigualdades.

Neste primeiro momento, portanto, Dilma anunciou sua intenção com dois compromissos deixados pelo seu antecessor e principal cabo eleitoral, o ex-presidente Lula, de promover a reforma política e a tributária, ambas não realizadas nos últimos oito anos, mas cobradas por representantes da sociedade civil organizada e pelos empresários, respectivamente.

Entre outros desafios, o novo Governo terá a missão de enfrentar temas contraditórios da sociedade economicamente ativa, como a redução da jornada de trabalho, uma das bandeiras das centrais sindicais combatida com fervor pelo setor empresarial. Outro tema, uma provável reforma na Previdência Social, mesmo que de forma pontual, poderá provocar desgastes tal como ocorreu com Lula em 2003.

As propostas, ainda sem conteúdo definido, não terão dificuldades de

formulação. O País apresenta índices positivos de crescimento na área social e econômica, além do controle das dívidas internas e externas, o que facilita a elaboração de qualquer programa de Governo, seja para alavancar as ações sociais em curso ou para compatibilizar as políticas públicas que serão implementadas nos próximos quatro anos.

SERVIDORES

Ao assumir o Ministério do Planejamento, a ministra Miriam Belchior declarou que continuará valorizando os servidores públicos. Porém, de forma responsável e “dentro dos

Entre outros desafios, o novo Governo terá a missão de enfrentar temas contraditórios da sociedade economicamente ativa, como a redução da jornada de trabalho, uma das bandeiras das centrais sindicais combatida com fervor pelo setor empresarial

nossos limites fiscais”. No dia seguinte à posse, a ministra declarou que a prioridade do Governo será a votação dos Projetos de Lei Complementar que limitam a expansão das despesas de pessoal de cada Poder da União. Sobre o assunto tramitam duas propostas no Congresso Nacional, o PLP 549/09 e o PLP 01/07.

O primeiro projeto tem origem no Senado Federal e é de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RO). Aprovado no plenário do Senado em 16 de dezembro de 2009, a matéria tramita na Câmara dos Deputados, onde já foi rejeitada na Comissão de

Trabalho da Casa e chegou a receber parecer contrário da relatora, deputada não reeleita, Luciana Genro (PSol/RS), na Comissão de Finanças e Tributação.

A falta de pressão e articulação política das lideranças dos servidores públicos no colegiado acabou por garantir ao Governo o adiamento da votação do parecer contrário e a indicação, na próxima legislatura, de um novo relator que contemple os anseios do Poder Executivo.

Já o PLP 1/07 tem com autor o próprio Executivo. A matéria, enviada ao Congresso em 2 de fevereiro de 2007, tramita em regime de prioridade e poderá ser apreciada pelo plenário da Câmara. A proposta está sob análise da comissão especial, onde aguarda nova distribuição, pois o relator, deputado José Pimentel (PT/CE), foi eleito para o Senado Federal.

Também poderá fazer parte da lista de prioridades do Governo o PL 1.992/07, que institui a Previdência Complementar do servidor público. De autoria do Poder Executivo, a matéria está na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados sob a relatoria do deputado Sabino Castelo Branco (PT/AM).

Outra matéria bastante prejudicial aos servidores é o PLP 248/98, também do Executivo, herança de FHC. O projeto permite a demissão do servidor por insuficiência de desempenho. Depois de aprovada na Câmara, a proposição foi alterada no Senado e retornou para última análise dos deputados.

SEGURANÇA

O Governo terá que administrar as pressões em torno de algumas matérias já tramitando no Congresso Nacional, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 300), que cria o piso salarial para os policiais militares e bombeiros do País. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que a unificação das polícias é uma tese polêmica em razão das diferentes realidades regionais, mas destacou que o momento é oportuno para acabar com as rivalidades corporativas, que enfraquecem as próprias corporações.

Outro tema de interesse dos servidores da segurança pública é a regulamentação da aposentadoria especial. Proposta pelo Executivo por meio do PLP 554/10 e apensado ao PLP 330/06 do deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS), a matéria aguarda votação na Comissão de Trabalho da Casa. Depois, o projeto deverá ser apreciado no Plenário antes de seguir para o Senado. A próxima legislatura somente terá início em 2 de fevereiro.

Ainda entre as matérias que tratam da segurança pública há a proposta de Lei Orgânica da Polícia Federal (PL 6.493/09). Com uma tramitação conturbada, a matéria não chegou a ser aprovada na comissão especial. Por último, destaque para o projeto de reformulação do Código de Trânsito, (PL 2.872/08). A matéria amplia as punições pre-

vistas no Código atual e estabelece a presença de um representante do Ministério da Justiça na composição do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

JUDICIÁRIO

No Judiciário, além de propostas polêmicas em tramitação no Congresso Nacional, como a PEC 385/05, a Presidente Dilma indicará, de imediato, mais um ministro para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nomeará também os sucessores de Eros Graus, Cezar Peluso e Ayres Britto, que irão se aposentar em 2012. Em seus dois mandatos, ou seja, nos oito anos de Governo, Lula indicou sete dos onze ministros do STF.

A escolha do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, alvoroçou os interessados em promover mudanças no Poder Judiciário. Além da expectativa já costumeira em novos Governos, a escolha de um ministro com afinidades com o tema favorece as ideias de renovação no Poder. José Eduardo Cardozo anunciou em sua posse a mudança na denominação da Secretaria de Reforma do Poder Judiciário, que passa a ser chamada de Secretaria de Política Judiciária. A mudança, no entanto, não alterou a missão da Secretaria, que atuará prioritariamente para modernizar, democratizar e ampliar o acesso à Justiça.

OUTRAS MATÉRIAS

Entre as matérias pendentes de

votação, destacamos ainda a PEC 30/07, que amplia a licença maternidade para 180 dias, e a PEC 438/01, conhecida como PEC do trabalho escravo, que prevê o confisco de terras onde forem encontrados trabalhadores sob condições análogas a de escravos.

Há ainda o PLP 306/08, que regulamenta a Emenda 29 e vincula receitas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal para gastos na área da saúde; o PLP 277/08, que trata da tributação de grandes fortunas; o PL 3.299/08, que acaba com o fator previdenciário; e o PL 6.132/90, que regulamenta a atividade de lobby.

O Governo Dilma, que conta com uma base ampla de apoio no Congresso Nacional, poderá aprovar, com folga, as Propostas de Emendas à Constituição que exigem quorum qualificado, bem como as demais matérias que não exigem uma presença maciça de parlamentares. Essa maioria poderá ser boa ou ruim, a depender do tipo de proposição que a Presidente vier a eleger como prioridade.

A seguir, um quadro com os principais projetos de interesse do funcionalismo em tramitação no Congresso Nacional.

*Assessor do DIAP

PROJETOS DE INTERESSE DO FUNCIONALISMO TRAMITANDO NO CONGRESSO NACIONAL

Proposição	Situação
Limite de gastos com pessoal	
O Projeto de Lei Complementar (PLP) 1/07 restringe gastos com pessoal, Lei de Responsabilidade Fiscal. O projeto é prejudicial aos servidores e está na contramão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual faz parte, pois não considera o crescimento do País, que necessitará de novos servidores, especialmente nas áreas de regulação e fiscalização.	Apresentado pelo Executivo em 2 de fevereiro de 2007, tramita em regime de prioridade. Está sob o exame de comissão especial, onde aguarda nova distribuição, pois o relator, deputado José Pimentel (PT/CE), não está no exercício do mandato. A proposição tende a ser aprovada nos moldes do PLP 549/09.

Proposição	Situação
Restringe gastos com pessoal (LRF)	
<p>O Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/09 (no SF, PLS 611/07 - complementar), dos líderes do Governo, Romero Jucá (PMDB/RR), Ideli Salvatti (PT/SC), Roseana Sarney (PMDB/MA), e Valdir Raupp (PMDB/RO), que acresce dispositivo à Lei Complementar 101, limite para o aumento da despesa com pessoal e encargos sociais da União. O projeto limita o aumento da despesa com pessoal, no período entre 2010 e 2019, à reposição da inflação e mais 2,5% ou a taxa de crescimento do PIB, o que for menor.</p>	<p>O projeto (PLS 611/07) foi aprovado no plenário do Senado em 16 de dezembro de 2009. Encaminhado à Câmara, foi distribuído à Comissão de Trabalho, onde foi rejeitado. Na Comissão de Finanças e Tributação, recebeu parecer contrário da relatora, Luciana Genro (PSol/RS). Este parecer não foi votado. A proposta, que deverá contar com novo relator, passará ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de ser votada no plenário da Casa.</p>
Aposentadoria especial para atividade de risco	
<p>O Projeto de Lei Complementar (PLP) 554/10, do Executivo, que regulamenta o inciso II do parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos que exerçam atividade de risco foi anexado a outra proposta, com tramitação mais avançada na Casa. Trata-se do PLP 330/06, do deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS), que dispõe sobre a aposentadoria do servidor público policial, nos termos do artigo 40, parágrafo 4º, inciso III, da Constituição, conforme redação da Emenda Constitucional 47, de 5 de julho de 2005.</p>	<p>A matéria já foi aprovada nas Comissões de Seguridade Social e Família; de Segurança; e de Constituição e Justiça da Câmara. Um novo despacho obrigou a matéria a ser analisada também na Comissão de Trabalho da Casa, antes de seguir para o Plenário.</p>
Aposentadoria especial para atividades em condições especiais	
<p>O Projeto de Lei Complementar (PLP) 555/10, do Executivo, regulamenta o inciso III do parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição. Dispõe sobre a aposentadoria especial para os servidores que exercem atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física, após 25 anos de exercício para homens e mulheres, não exige idade mínima, mas não garante integridade nem paridade, além de fixar uma série de exigências comprobatórias das atividades sob condições especiais.</p>	<p>A matéria foi anexada ao PLP 472/09, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). A proposição está na Comissão de Trabalho da Câmara e tem como relatora a deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS). Em seguida, a matéria deverá ser analisada pelas Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de ir ao plenário da Câmara.</p>
Previdência Complementar	
<p>PL 1.992/07, que institui previdência complementar do servidor público. A proposição é de autoria do Governo.</p>	<p>O projeto, apresentado à Câmara em 11 de setembro de 2007, tramita em regime de prioridade. Em 17 de março, foi redistribuído para um novo relator, o deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM), na Comissão de Trabalho, onde recebeu 57 emendas. Depois, será examinada pelas Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação, e; finalmente, de Constituição, Justiça e Cidadania.</p>
Fundações Públicas ou Privadas	
<p>O PLP 92/07 cria as chamadas fundações públicas, com servidores contratados pela CLT. Essas fundações vão atuar nas áreas de saúde, previdência complementar e assistência social. Também poderão atuar no ensino, na pesquisa, na formação profissional e cooperação técnica internacional.</p>	<p>A matéria foi aprovada em 18 de junho de 2008, na Comissão de Trabalho, e, em 2 de setembro de 2008, na Comissão de Constituição e Justiça. O texto está pronto para votação no plenário da Câmara</p>

Proposição	Situação
Direito de greve	
O PL 4.497/01 , deputada Rita Camata (PSDB/ES), apresentado em 19 de abril de 2001, regulamenta o direito de greve do servidor público. Seu objetivo é regulamentar o inciso VII do artigo 37 da Constituição Federal, segundo o qual o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.	A proposição está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde aguarda parecer do relator, deputado Geraldo Magela (PT/DF). Como o deputado assumiu o cargo de Secretário de Habitação do Governo do Distrito Federal, poderá ser designado um novo relator na comissão permanente.
Demissão por insuficiência de desempenho	
O PLP 248/98 , do Executivo, que permite a demissão do servidor por insuficiência de desempenho.	O projeto, da era FHC, foi apresentado em 19 de outubro de 1998 e tramita em regime de urgência, urgentíssima. Já foi aprovado pela Câmara, em primeira fase de discussão. Alterado pelo Senado, retornou ao exame da Comissão de Trabalho, colegiado que, em 3 de outubro de 2007, aprovou o parecer do relator, deputado Luciano Castro (PR/RR), rejeitando as três emendas do Senado.
Reforma da Previdência	
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 441/05 , no Senado PEC 77/03, do ex-senador Rodolpho Tourinho (DEM/BA), trata da reforma da Previdência (Paralela da Paralela), que garante paridade às pensões. A proposta exclui do subteto dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculando-os ao teto remuneratório dos desembargadores do Tribunal de Justiça, os procuradores e advogados dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, organizados em carreira.	A PEC aguarda criação de uma comissão especial na Câmara para análise do mérito, fato que só ocorrerá se as organizações sindicais de servidores pressionarem o presidente da Câmara e os líderes partidários.
Aposentadoria integral, com paridade	
PEC 270/08 , da deputada Andreia Zito (PSDB/RJ), que garante ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito aos proventos integrais com paridade, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável a partir de 2004.	Em 11 de novembro de 2009 a comissão especial aprovou o parecer favorável do relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). A proposta aguarda inclusão na pauta da Câmara para votação em primeiro turno, fato que só ocorrerá se houver muita pressão sobre os deputados, sobretudo nos estados.
Fim da contribuição dos inativos	
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/06 , do ex-deputado Carlos Mota (PSB/MG), revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional 41, para eliminar a cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público. A PEC determina ainda à retroação dos efeitos da revogação a 1º de janeiro de 2004.	Apresentada em 22 de junho de 2006, com o fim da legislatura, a proposta foi arquivada, mas em 20 de junho de 2007, por intermédio do requerimento 1.199/07, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), a matéria foi desarquivada. Em 22 de agosto de 2007, Faria de Sá foi designado relator, tendo seu parecer aprovado na CCJ em 3 de outubro de 2007. Em 14 de julho de 2010 foi aprovado na Comissão Especial o parecer vencedor também favorável do deputado Arnaldo Faria de Sá, contra o voto do deputado Luiz Alberto. Agora, é necessária muita pressão para incluir a matéria na agenda do plenário da Câmara para os dois turnos de votação.

Governo veta projeto do Cadastro Positivo e edita MP para regulamentar o assunto

Um dos últimos atos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no exercício da Presidência da República foi vetar, integralmente, o Projeto de Lei do Senado nº 263/04 (na Câmara dos Deputados, PL 405/07), que introduz o parágrafo 6º ao Artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), dispendo sobre a formação de cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito.

Para regulamentar a questão, Lula editou a Medida Provisória (MP) nº 518/10, publicada no Diário Oficial da União de 31/12/2010. A MP disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.

O veto integral ao projeto aprovado no Congresso Nacional foi promovido após consulta ao Ministério da Justiça e teve como premissa o seguinte argumento:

“O texto que trata de formação de cadastro positivo, tal como apresentado, pode redundar em prejuízos aos cidadãos, posto que traz conceitos que não parecem suficientemente claros, o que é indispensável à proteção e defesa do consumidor, ao incremento da oferta de crédito, à promoção de relações de consumo cada vez mais equilibradas e à proteção da intimidade e da privacidade das pessoas.”

Diante dessa constatação, o Governo editou a MP 518/10, que entrou em vigor imediatamente e passou a produzir efeitos jurídicos desde a data de sua publicação.

A MP perderá eficácia se não for convertida em lei no prazo de 60 dias, podendo ser prorrogado uma

única vez por igual período. É importante ressaltar que esse prazo só será contado a partir de 2 de fevereiro, quando o Congresso Nacional retomará suas atividades.

DEFESA DO CADASTRO POSITIVO

A definição de cadastro positivo é, em tese, a criação de uma lista de bons pagadores. A intenção do cadastro é que as empresas informem aos serviços de proteção ao crédito a relação dos consumidores que pagam em dia as contas para facilitar a análise de risco, permitir a redução dos juros e a concessão de crédito.

Outros argumentos apresentados pelos defensores do cadastro positivo são de beneficiar as classes C e D e facilitar a vida do bom pagador, em especial aqueles consumidores que honram seus compromissos até o dia do vencimento. Os empresários também serão beneficiados com o cadastro positivo ao disporem de uma importante ferramenta para acompanhar mais de perto a vida financeira dos clientes e estreitar o relacionamento com os consumidores.

CONTESTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

No entanto, esse entendimento não é unânime. Entidades de defesa do consumidor alegam que o projeto aprovado no Congresso não estabelece garantias à proteção e à privacidade dos dados dos consumidores. Não garante que as informações não serão utilizadas para finalidades alheias às estipuladas no projeto. Não define as condições em que os consumidores poderão acessar seus próprios dados e, eventualmente, contestar as informações incluídas nos sistemas de informações, solicitando sua impugnação ou correção.

Não há também a garantia de gratuidade do acesso às informa-

ções; regras para o cancelamento de registro de consumidores; e tampouco como e em que grau poderão os fornecedores compartilhar as informações referentes ao histórico de crédito dos consumidores. Outra crítica é quanto aos critérios que serão considerados na análise de risco do crédito de cada consumidor. Ou seja, o texto aprovado pelo Congresso é eivado de subjetividade e terreno fértil para a violação de privacidade de dados dos consumidores.

Com o intuito de encontrar uma melhor solução para o embate nessas discussões, uma negociação chegou a ser feita na Câmara para uma definição mais detalhada de como funcionaria o cadastro positivo. Porém, no Senado, foram retirados todos os detalhes aprovados pelos deputados.

A MP

Entre os diversos dispositivos presentes na MP, está a definição básica sobre o que vem a ser banco de dados, gestores e cadastrados, fontes, consulentes, anotações e históricos de crédito.

A MP estabelece, ainda, a definição de tipos e proibições de informações que deverão ser incluídas nos bancos de dados; os direitos dos usuários; as obrigações dos gestores; o prazo máximo que as informações devem constar nos sistemas, bem como a responsabilidade objetiva e solidária pelos danos materiais e morais que forem causados às pessoas incluídas no cadastro positivo.

Quanto aos bancos de dados instituídos ou mantidos por pessoas jurídicas de direito público interno, a MP 518/10 estabelece a necessidade de regulamentação por legislação específica.

Governo Dilma: DIAP analisa novo cenário político do País

Em entrevista concedida ao portal Congresso em Foco, o diretor de Documentação do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, faz um prognóstico do Governo da presidente Dilma, que mesmo não tendo o carisma e a popularidade de seu antecessor, terá condições de fato para realizar um bom mandato.

“Dilma entra em condição muito mais confortável. Não há desconfiança, não há especulação. A economia tem base sólida, é continuidade de um governo de sucesso. Além disso, tem uma base ampla para, querendo, imple-

mentar as reformas política e tributária”, avalia.

Quanto à oposição, Antônio Augusto foi categórico em afirmar que a tática do enfrentamento capitaneada nos últimos oito anos pelo PSDB e o DEM foi rejeitada nas urnas, o que proporcionará a adoção de um discurso mais voltado para o confronto de idéias e o aperfeiçoamento das políticas públicas. Essa mudança de estratégia ocorrerá por dois motivos: o encolhimento da bancada oposicionista no Congresso e a mudança de perfil de suas principais lideranças.

Congresso em Foco – Quais serão os principais desafios da presidenta Dilma neste início de governo?

Antônio Augusto de Queiroz - O principal desafio da presidenta vai ser criar as condições para reunir maioria parlamentar e aprovar as duas reformas que foram efetivamente debatidas na eleição presidencial: a reforma política e a reforma tributária. São duas reformas em que há na sociedade consenso sobre sua necessidade e urgência, mas que não há nenhum acordo a respeito do conteúdo. Cada partido e parlamentar tem seu modelo. Acho que a Dilma vai reunir condições para aprovar as duas.

Por que ela terá essas condições?

Porque, de um lado, ela tem uma base ampla com fidelidade partidária. De outro, há uma oposição tendente a ser mais cooperativa, com governadores mais dispostos ao diálogo. Há efetivas condições para a aprovação dessas duas reformas.

O cenário em que Dilma assume é diferente em que medida daquele em que Lula assumiu?

O presidente Lula teve, num primeiro momento, de se credenciar perante o mercado para enfrentar o ataque especulativo, porque assumiu sob desconfiança ainda elevada dos agentes econômicos. Ele teve de fazer gestos para o mercado, como a reforma da Previdência, que produziu

muitos debates e pouco resultado do ponto de vista do governo, e a desconstitucionalização do sistema financeiro, que era uma emenda do Serra. A reforma tributária ficou em segundo plano, e não houve empenho em relação à reforma política. Dilma entra em condição muito mais confortável. Não há desconfiança, não há especulação. A economia tem base sólida, é continuidade de um governo de sucesso. Além disso, tem uma base ampla para, querendo, implementá-las.

Mas que reforma política é possível sair em 2011?

Na reforma política, as mudanças se darão na esfera infraconstitucional. As reformas no campo do sistema partidário, eleitoral, são sempre graduais, pequenas, é um passo de cada vez. Alterar a Constituição não será tarefa fácil, mas em nível infraconstitucional é possível. No caso da reforma política, é possível votar a lista fechada, o financiamento público e o fim das coligações para as eleições proporcionais, mas com a possibilidade de criação de federação de partidos.

Há interesse dos partidos nesses três pontos?

A lista fechada cria condições para o financiamento público. O financiamento público parece ser hoje desejo da maioria dos partidos que tiveram dificuldade para arrecadar nesta campanha. Se não tivesse havido

coligação nas eleições proporcionais, o PMDB teria feito 30 deputados a mais e o PT, mais 20. Esses partidos certamente se empenharão na reforma. Isso só não foi aprovado nesta legislatura porque partidos médios como o PSB, o PTB e o PR se opuseram às reformas. Particularmente o PR, que perderia em termos de financiamento público. O PR cresceu artificialmente, dobrou de tamanho durante a legislatura, e a regra de financiamento de campanha considera o número de votos obtidos na eleição. Ou seja, hipoteticamente, eles teriam dinheiro para financiar só metade da bancada atual, o que era inadmissível para eles. Esse argumento agora está fora. Como o PMDB liberou da outra vez a bancada, desta vez a tendência é que aprove essa mudança. Mesmo com o PMDB liberando a bancada, a diferença na votação quando Arlindo Chinaglia presidia a Casa foi pequena.

A decisão da bancada do PT de lançar Marco Maia à presidência da Câmara, em vez do atual líder do governo, Cândido Vaccarezza, indica que Dilma poderá ter problemas na Casa?

Sinceramente, acho que não. Inicialmente, a disputa no PT tinha quatro candidatos: o favorito Cândido Vaccarezza, que tinha apoio do governo, Marco Maia, João Paulo Cunha e Arlindo Chinaglia. Ou seja, eram três paulistas e um gaúcho. Dilma fez um ministério que prestigiou excessiva-

mente São Paulo. Há um sentimento dos parlamentares de modo geral em relação à predominância dos paulistas no ministério. A própria bancada do PT sinalizou isso ao escolher um nome que não era de São Paulo. Foi um pouco do reflexo do sentimento do Parlamento. Na Câmara, tivemos João Paulo, o Aldo, o Arlindo e o Michel, todos de São Paulo. Nesse período, só tivemos Severino – e por um período curto – que não era paulista.

Há chance de alguma candidatura alternativa criar dificuldade à eleição de Marco Maia?

A candidatura que pode fazer enfrentamento com Marcos Maia é a do PR, com Inocêncio Oliveira (PE), ou a do “bloquinho”, por intermédio do Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Esses dois partidos recebem ascendência do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). Ele exerce influência sobre Aldo e Inocêncio. A chance de haver candidatura alternativa é baixa. Mas, mesmo que venha a ocorrer, as chances do Marco Maia são muito altas. Porque se vier a ser o Aldo, há esse sentimento anti-São Paulo no Parlamento.

No Senado, há alguma chance de a presidência não continuar com José Sarney?

Só se ele desejar. Senão, está tudo sob absoluto controle. As bancadas do PT e do PMDB elegem com absoluta tranquilidade o presidente da Casa. Lá, a situação está mais sob controle do que na Câmara. Mas também não creio que haja risco de o governo perder o controle da Casa.

À primeira vista, o Senado parece se apresentar mais dócil a Dilma do que foi a Lula. Que cuidados Dilma precisa tomar para não correr os mesmos riscos que Lula?

O Senado está se mostrando mais dócil por uma série de aspectos. Primeiro, encolheu numericamente a oposição. Segundo, mudou o perfil dos integrantes da bancada de oposição. Antes era uma oposição que queria fazer o enfrentamento. A nova oposição quer fazer o diálogo, o enfrentamento em bases programáticas, não em mera disputa eleitoral. A

diferença na quantidade e na qualidade dos representantes da oposição faz uma diferença significativa. Outro aspecto que favorece Dilma é o fato de que o mandato agora pertence ao partido. Toda a composição anterior foi eleita de forma diferente. Sustos como o Lula teve, com parlamentares da base votando contra a CPMF, por exemplo, ela não terá. Ou o partido fica na base ou sai da base, mas ele não pode autorizar seus parlamentares a votarem contra o governo em temas tão relevantes. Essa linha de enfrentamento demonstrou que só a oposição perdeu. Quem foi para o enfrentamento ostensivo acabou derrotado na eleição, como os senadores Heráclito Fortes, Arthur Virgílio, Mão Santa e Tasso Jereissati.

O principal nome da nova oposição no Congresso é o do ex-governador Aécio Neves, sempre visto como uma alternativa do PSDB à Presidência. Que papel ele terá nessa sua estreia no Senado?

Ele é potencial candidato à Presidência, seja pelo PSDB ou qualquer outro partido. O Aécio sempre teve um estilo de diálogo, de entendimento. Ele vai cumprir um papel importante de coordenar a oposição de maneira programática e propositiva, envolvendo os governadores de oposição nesse processo de entendimento. Não criará maiores problemas, pelo contrário, trará solução na medida em que pode colaborar também para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Que erros cometidos por Lula precisam ser evitados por Dilma na relação com o Congresso?

Primeiro, ela não pode tolerar o tipo de comportamento que Lula tolerou em relação à sua base. Por exemplo, não permitir que se repita a chantagem que o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) fez segurando a relatoria da CPMF na CCJ durante meses até que o Lula cedesse na nomeação de um apadrinhado em Furnas. Aquilo era algo inaceitável, foi uma chantagem a que o governo não deveria ter se submetido. Além disso, em determinado momento, o governo ignorou o próprio Congresso, deixou de dialogar com o Senado.

Quando decidiu fazê-lo, não havia mais tempo hábil para evitar derrotas importantes como a da CPMF. Esse foi um problema seríssimo que precisa ser evitado. A Dilma terá de resolver outro problema que decorre da descoordenação do governo.

Que tipo de descoordenação?

Quem defende os interesses do governo no Congresso, o ministro de Relações Institucionais, não acompanha a formulação da política pública. Ele defende uma coisa que não conhece. Se tivesse participado da formulação da política pública, ele teria condições de identificar e contornar as dificuldades por meio do diálogo. Outro problema a ser contornado é reunir os vice-líderes, porque o líder centraliza tudo e muitas vezes são os vice-líderes que participam dos entendimentos. Essa descoordenação dentro do governo, entre quem formula e quem defende no Parlamento, e de outro, entre governo e parlamentares. Não há integração com a presidência da Câmara e do Senado, não tem relação entre o líder do governo e os vice-líderes. É um negócio amador, meio atabalhado, que leva a esse tipo de problema. Metade desses problemas poderia ser evitado com simples conversa. O novo ministro de Relações Institucionais vai ter de levar isso em consideração sob pena de apagar incêndio a toda hora.

O presidente Lula deixou correr de maneira frouxa essa coordenação política?

Exatamente. Achou que a popularidade do governo era suficiente, que todo mundo se curvava. E se surpreendeu.

O ministério da presidenta Dilma tem causado insatisfações em alguns partidos da base aliada, como o PMDB e o PSB. Como ela pode contornar isso?

Essas insatisfações são naturais em um processo de partilha de poder. Mas a presidenta Dilma está em situação confortável porque esses partidos fizeram aliança programática, com participação na chapa, já no primeiro turno. Devem seguir esse programa de governo. Segundo, não há alternativa para esses partidos.

Se romperem com a presidenta, vão fazer o quê? A oposição está enfraquecida, numericamente insignificante no Congresso, com governadores sem maior expressão nem condições de alavancar candidaturas para 2014. É uma situação delicada. Vão ter de usar habilidade política, ocupar espaços no segundo escalão e interagir, utilizando recursos de poder que o governo emprega nessas situações, ou seja, partilhar gestão, distribuir recursos do orçamento, como a liberação de emendas. Tentar interagir por meio do conteúdo da política pública, procurando incluir a visão programática do partido nas políticas públicas. É possível conciliar essa insatisfação com a participação na gestão e compensar isso contribuindo com o conteúdo, de um lado, e garantido mais recursos para suas bases e projetos, de outro.

O PMDB é conhecido pela avidez por cargos e por criar dificuldades para vender facilidades. Desta vez, entra no governo com a vice-presidência. O que é possível esperar do partido?

Michel Temer vai ficar com uma carga muito pesada. Como vice-presidente, não ficará tensionando a toda hora como ex-presidente de partido. O PMDB não vai tomar atitudes que comprometam a autoridade do vice-presidente. Estando fora do governo é muito mais confortável para cobrar do que estando dentro. O PMDB vai ter de brigar por espaço. Se a presidenta não ceder, ele terá de se arrumar com o que for colocado à disposição, porque há apenas duas alternativas: romper, o que deixaria o vice-presidente constrangido, ou ter de interferir de modo mais propositivo e menos ocupando cargos. De todo modo, vai pressionar muito para buscar mais espaço.

O vice-presidente Michel Temer pode criar embaraços para o governo ao pressionar em nome do partido, que é tão dividido?

Pode eventualmente criar. Mas a base do governo é tão confortável que pode aprovar matérias na Câmara dispensando a participação do PMDB. O PMDB terá 77 deputados. Se você exclui o PMDB do cálculo,

sobram mais de 300 parlamentares na base do governo na Câmara. O partido não vai ser amador a ponto de demonstrar que é dispensável nessa composição. Vai fazer como a bancada ruralista, dizer que vai criar todo tipo de dificuldade, mas na realidade só está pressionando para arrancar concessões.

Quais diferenças podem ser apontadas, de antemão, entre o atual e o novo Congresso?

A primeira é que houve uma queda de qualidade em relação ao atual. O novo Congresso tem menos quadros na elite do Parlamento do que o atual. É uma perda de qualidade que pode ser compensada por maior disciplina partidária, por causa da fidelidade, decisão que definiu quem é governo e quem é oposição. O segundo aspecto é que houve crescimento grande da bancada empresarial. Ela terá 273 parlamentares, dos quais, 27 senadores. É um número muito significativo.

O que motivou esse crescimento da bancada?

Foi o crescimento das centrais sindicais, que ganharam todas com a equipe econômica, e a perspectiva de uma reforma tributária. Isso motivou o setor empresarial. Isso não assusta porque esses parlamentares pertencem aos mais variados segmentos. Há muitos assuntos que os dividem, e eles pertencem a partidos distintos. Nunca houve uma bancada tão numericamente significativa com a presença empresarial. Isso pode estimular a reforma tributária e a reforma trabalhista. A bancada sindical cresceu, mas menos, e vem na ofensiva de aprovar as 40 horas semanais e a Convenção 158. A postura do empresariado é mais reativa na questão trabalhista e mais propositiva na tributária. Outro aspecto relevante é que a oposição será menos virulenta que a anterior. Ela vai se apoiar muito nos governadores para fazer negociação, e não vai entrar na aventura de fazer o enfrentamento pelo enfrentamento, porque viu que o resultado não foi o esperado. Tende a se pautar pela chamada ética da responsabilidade. Se estiver de acordo com o programa de seu partido, vota, buscando aper-

feiçoar a política pública. Sem ter aquela postura de que, se a iniciativa partiu desse governo, é contra.

A legislatura passada sempre será lembrada pelos escândalos do mensalão e dos sanguessugas. A atual também enfrentou crises, como a do Renan, a farra das passagens, os atos secretos e agora as denúncias envolvendo recursos para a realização de eventos artísticos e turísticos. O que diferenciou a legislatura que se encerra da anterior?

A legislatura que está se encerrando divergiu da anterior em vários aspectos particularmente no que diz respeito a questões éticas. Mesmo com todos os problemas que houve, na atual teve aprovação de matérias que seriam contraditórias com a quantidade de escândalos que houve, como a Lei da Ficha Limpa, que trouxe mudança cultural importante. De um lado, está havendo aumento de denúncia, com fiscalização da imprensa e da sociedade; e, de outro, o aperfeiçoamento da legislação. Mesmo que sejam eleitos, aqueles parlamentares que no passado tiveram comportamento de irregularidade, de corrupção, não encontram mais ambiente.

Mas não há ainda hoje casos de candidatos que buscam o Congresso em busca do foro privilegiado?

O foro privilegiado atua hoje, na minha avaliação, contra quem busca se proteger em relação a ele. No ano passado, o cara se elegia para buscar o foro privilegiado. Agora, o Supremo Tribunal Federal tomou decisão de delegar para juiz de primeira instância toda a instauração do inquérito, só cabendo aos ministros o julgamento. Isso acelera enormemente o julgamento. Um processo que demoraria anos, com essa mudança de procedimento, será mais célere no Supremo. Por isso, tem gente agora renunciando para não ser condenado. Está evoluindo e vai evoluir muito mais nessa perspectiva.

Além da Ficha Limpa, que mais dá para destacar da atuação do Congresso em 2010?

O Estatuto da Igualdade Racial, o marco regulatório do pré-sal, a nova

lei do inquilinato e mais duas ou três leis relevantes. A produção legislativa, em 2010, ficou aquém das expectativas. O Congresso deliberou bem menos. Três ou quatro elementos interferiram na produção legislativa em 2010: a oposição obstruiu sistematicamente os trabalhos; a realização de eleições gerais; a moderação pelo presidente da edição de medidas provisórias; os escândalos envolvendo as duas Casas. Mas esse padrão da oposição é que foi determinante para a redução da quantidade e a não melhoria da qualidade.

Do ponto de vista do trabalhador, houve avanço na legislação?

Na legislatura como um todo houve. Houve definição de uma política permanente para o salário mínimo, correção da tabela do IR, reestruturação de carreira no serviço público, ampliação da licença-maternidade, aprovação da Convenção 151 da OIT, a regulamentação das centrais. Houve uma série de leis, de mudanças legislativas que foram importantes para os trabalhadores nesse período.

Ainda do ponto de vista do trabalhador, o que pode ser aprovado em 2011?

O desafio é aprovar a redução da jornada, brigar pela proibição

da dispensa imotivada, ou seja, trabalhar pela Convenção 158, da OIT, rever o fator previdenciário, regulamentar de modo a estender aos terceiros as mesmas garantias dos trabalhadores permanentes. Esses vão ser os desafios do novo ano. Se vão sair, vai depender para onde a presidente pender.

O ex-presidente Lula disse que quer “desencarnar” da Presidência. Pelo que você conhece dele, isso é possível?

Sinceramente, não acredito. O presidente Lula é um ser político, que vive isso a vida inteira. Essa reclusão, essa abstinência em relação à política, é impensável. É da natureza dele se manifestar. Não ficará nem os cem dias naturais sem falar.

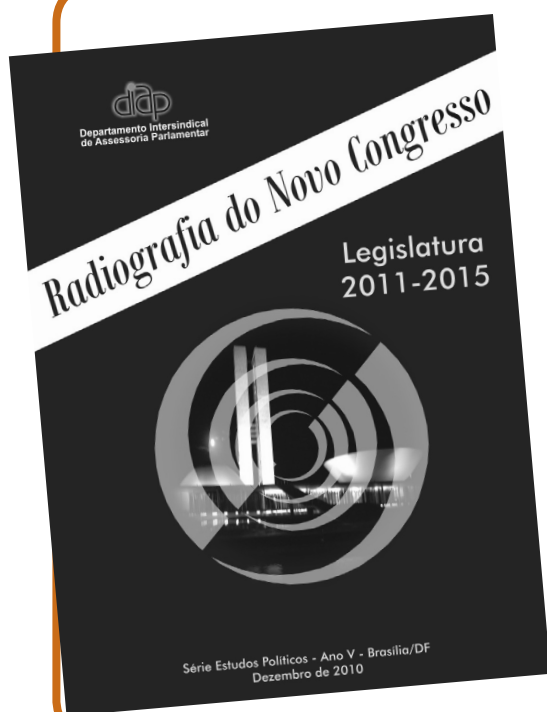
Ele já está pavimentando o caminho da volta em 2014?

Tudo dependerá muito do desempenho da economia e da presidenta Dilma. A eleição no Brasil é cíclica. Tem ciclo de oito anos, porque quem está no exercício do mandato tem grandes condições de renová-lo mesmo contra um líder da popularidade de Lula. É no intervalo entre um ciclo e outro que a oposição tem condição de fazer a alternância. Se estiver bem na economia, o próprio Lula não terá

condições de pleitear esse espaço. Se estiver ruim, não sei se ele se arriscará a entrar na disputa, já que foi ele quem patrocinou com absoluta convicção a ideia de que daria certo. Pelo menos em 2014, não creio na volta de Lula.

Mas tudo que ele planejou este ano ocorreu, não?

Tudo o que o governo planejou em relação a essa eleição aconteceu. Teve caráter plebiscitário, disputa polarizada entre PT e PSDB, a ausência de alternativa consistente como terceira via e coincidência de agenda nesse processo. A denúncia utilizada como arma política é a prova cabal de que havia muita coincidência de agenda entre os candidatos. Não surpreendeu a postura do PSDB de enveredar para a denúncia de natureza ética e moral, porque era o encerramento de um ciclo. O Lula percebeu que, em 2002, era o fim de um ciclo. Se o PSDB ganhasse ali, ficaria mais oito anos. Por isso, ele fez a Carta aos Brasileiros, convocou um empresário para ser membro da chapa, passou a coletar de empresas, fez aliança com a direita. Porque se não fizesse isso, ficaria mais oito anos fora. Aconteceu o mesmo com o PSDB agora. Mesmo assim, eles não conseguiram se eleger.



Para adquirir a publicação, basta fazer o depósito em nome do DIAP, na agência 0452-9, na C/C 401.918-0, do Banco do Brasil, e enviar o comprovante com o endereço de correspondência para o fax: (61) 3225-9150.

Entre em contato com o DIAP pelo telefone (61) 3225-9744 ou pelo e-mail iva@diap.org.br.

A remessa do material para localidades fora de Brasília é cobrada a mais o valor de R\$ 3, para até dois exemplares. Para mais unidades, o envio é por sedex a cobrar.

TABELA DE PREÇO

Reserve já o seu exemplar

FiliadoR\$ 16 (unidade)
 Não FiliadoR\$ 20 (unidade)

De 10 a 100 exemplares:

Filiado R\$ 14
 Não Filiado R\$ 18

Acima de 100 exemplares:

Filiado R\$ 12
 Não Filiado R\$ 16